Características Gerais da Economia Brasileira

CELSO FURTADO *

I — CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

No desenvolvimento da economia brasileira desempenharam papel decisivo três fatôres cuja ação se vem fazendo sentir secularmente:

a) uma persistente piora na relação de trocas;

b) uma elevação não menos persistente da taxa cambial; e

c) uma inflação crônica do meio circulante, motivada em grande parte por deficits orçamentários.

Êstes três fatôres estão intimamente relacionados entre si, e, embora não seja possível estabelecer uma relação causal necessária entre os mesmos, há múltiplas indicações de que do primeiro dêles procede, o mais das vêzes, a principal fôrça de desequilíbrio. Essa preeminência do fator de ordem externa, a longo prazo, não exclui, entretanto, a atuação independente de fatôres internos em períodos curtos.

A perda do poder de compra, no mercado internacional, dos produtos primários, com relação aos produtos manufaturados, parece ser uma característica específica do desenvolvimento econômico capitalista (1). Relaciona-se com a estrutura mesma do sistema de divisão internacional do trabalho, o qual tende a concentrar a capacidade de poupança nos centros de maior potencial econômico.

A perda do poder de compra da unidade exportada em têrmos de unidade importada, foi contrabalançada em grande parte

---

* Economista da COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA. O presente trabalho, entretanto, é de estrita responsabilidade do autor.

(1) Para análise estatística do problema ver, no número de Setembro de 1949 desta REVISTA o artigo *Relações de troca post-guerra entre países sub-desenvolvidos e países industrializados*.

pelo aumento do volume físico exportado. Enquanto êsse aumento — considerada a piora na relação de trocas — foi superior ao crescimento da população, é evidente que o esquema da divisão internacional do trabalho possibilitou, ou pelo menos não impediu, o crescimento da economia brasileira. As ocorrências das últimas duas décadas nos demonstram que o Brasil não conseguiu aumentar o volume de suas exportações suficientemente para contrabalançar a piora na relação de trocas, e manter aos menos o poder de compra "per capita" no exterior, das décadas anteriores. E isto não por motivos de ordem interna, pois a contração do mercado mundial obrigou-o não sòmente a estancar seu desenvolvimento mas também a destruir parte de sua produção. No gráfico número 1 se demonstra a piora na relação de trocas, para o Brasil, nas últimas cinco décadas, e no gráfico número 2, se expõe o crescimento do quantum das exportações — a preços de 1937 — e a evolução do poder de compra do país no exterior, relacionados com a população, a partir de 1920.

A piora na relação de trocas foi em grande parte neutralizada — no que respeita à classe exportadora — pela elevação da taxa cambial. Tal elevação se vem processando secularmente, havendo a unidade monetária brasileira perdido em um século — 1835-1933 — treze vêzes o seu valor.

A economia de tipo colonial que prevaleceu no país até 1914 e que sòmente a partir da década passada vem sofrendo transformações substanciais, se baseia na exportação de uns poucos produtos primários e na importação de grande número de artigos de consumo, sobretudo manufaturas leves, como tecidos e alimentos semi-elaborados. Êsse tipo de estrutura econômica facilita a transferência — através do mecanismo do câmbio — da perda resultante da piora na relação de troca, que se exerce secularmente, e das baixas bruscas dos preços dos produtos primários por ocasião das crises, dos reduzidos grupos exportadores para as amplas massas importadoras.

A alta da taxa cambial está relacionada com o debilitamento do balanço de pagamentos que sofre a pressão, agravada ciclicamente, dada a sua inelasticidade, pelo serviço de uma dívida externa crescente.

Êsse mecanismo pode ser surpreendido com facilidade: à depressão cíclica nos países industriais corresponde uma diminuição brusca nos preços dos produtos primários que o Brasil

exporta. O impacto dessa diminuição se traduz por uma contração nas entradas dos grandes exportadores e indiretamente — seja pela diminuição da atividade interna, seja pela redução das importações — nos réditos do Tesouro.

Seria de esperar que a redução do poder de compra do país no exterior tivesse como conseqüência uma redução paralela das importações, corrigindo-se dessa forma, naturalmente, o desequilíbrio no balanço de pagamentos. Vários fatôres impedem essa correção automática. Primeiramente convém ter em conta o tempo que vai da redução no valor das exportações à dos pedidos dos importadores. Muitas vêzes êstes fizeram suas solicitações quando eram boas as perspectivas e devem pagá-las quando são reduzidas as entradas. Ademais, uma das conseqüências da crise é a paralisação das exportações de capitais dos grandes centros financeiros, agravada algumas vêzes pela repatriação de ativos disponíveis no exterior. Finalmente é preciso ter em conta que a principal partida passiva do balanço de pagamentos não poderia ser contraída, pôsto que a constitui o serviço da dívida externa.

Para que se compreenda a importância dêste último fator baste ter em conta que, nos anos que antecederam à primeira guerra, o Brasil, tinha 30% de seus réditos fiscais afetados ao serviço da dívida externa, o que significava ter de arrecadá-los em divisas.

As razões pelas quais a taxa cambial não retornava a sua posição anterior, na fase subseqüente de recuperação, são óbvias. Os governos, ante as premuras impostas pela crise, recorriam a emissões fiduciárias irresgatáveis. Por outro lado, a apreciação monetária significaria redução nas entradas dos grupos exportadores, fôrça dominante no país, cuja resistência em tal caso é perfeitamente compreensível. Não é demais lembrar, finalmente, que a disparidade entre o ritmo de aumento da produtividade nos centros industriais e no Brasil, seria um fator suplementar atuando no sentido de deslocar a paridade do poder de compra interno das moedas. Se se admite que essa paridade tem alguma influência na definição da taxa cambial, compreende-se a importância dêsse fator como fôrça depressiva da unidade monetária brasileira.

A alta da taxa cambial e as emissões irregastáveis eram, assim, o mecanismo pelo qual se transferia para a massa consumidora a pressão que a contração cíclica dos países importadores

exercia inicialmente sôbre o núcleo exportador e sôbre o Tesouro Nacional. Evitava-se por essa forma uma maior crise interna, que teria de resultar seja de um aumento de impostos numa fase de recesso, seja de uma redução além de certos limites nos rendimentos da agricultura de exportação, principal atividade econômica do país.

O crescimento da economia do país não se efetuou, assim, através de uma seleção interna. A contração cíclica que nos países industriais impõe a eliminação das emprêsas menos qualificadas, encontrava no Brasil um mecanismo de socialização de perdas, ou seja de transferência para a massa dos prejuízos impostos às emprêsas agro-exportadoras pela contração do mercado externo.

Por outro lado, o crescimento nas fases de alta conjuntura internacional, se processava exclusivamente por solicitação externa, seja por um aumento da corrente de exportações. Ao contrário do que se passa nos países industriais, em que o crescimento da economia se faz através de aumento de produtividade e conseqüente ampliação do mercado interno, no Brasil a economia nacional se expandia exclusivamente sob a forma de aumento dos envios ao exterior.

E' esta uma característica de significação fundamental. Nela está a chave de um grande número de problemas.

Dado que o crescimento da economia se processava por solicitação externa, nenhuma correlação se estabeleceu entre o ritmo de crescimento e o aumento da produtividade. Seja, entre a produção nacional e o nível dos salários reais. O mecanismo da alta permanente da taxa cambial a que nos referimos, impunha uma diminuição dos salários reais, relativamente às entradas dos grupos ligados às exportações.

Pode-se argumentar que uma economia de tipo colonial, ao contrário das economias industriais, não necessita para seu crescimento de aumento progressivo dos salários reais, pôsto que não depende do mercado interno para sua expansão. Tal argumentação não leva em conta, entretanto, que a queda do poder de compra externo da moeda e a expansão monetária, que se tornaram uma fatalidade em quase tôdas as economias coloniais, não apenas impedem a elevação dos salários reais, mas tendem a deprimi-los.

Êstes fatos nos explicam dois traços característicos da economia brasileira: a) a tendência para a concentração das rendas em exíguo número de mãos, e b) a lentidão na formação do mercado interno.

O tipo de estrutura econômica colonial se caracteriza pela tendência à concentração das rendas nas fases de prosperidade e à socialização das perdas nas fases de depressão. Como a expansão se inicia de fora para dentro através da elevação dos preços no mercado internacional dos produtos primários, sua conseqüência necessária é o aumento dos ingressos dos grupos exportadores. Seria de presumir que daí resultasse um efeito multiplicador sôbre as demais atividades econômicas do país. Entretanto, a própria estrutura econômica canaliza êsse efeito para o exterior, onde as classes de elevadas rendas se abastecem quase exclusivamente dos artigos de procura elástica. Os serviços e artigos de procura inelástica — serviços domésticos, grande parte dos alimentos, etc. — que são obtidos no interior do país, quase não recebem estímulo do aumento do valor das exportações. Em contraposição, os artigos manufaturados, particularmente os de luxo, adquiridos no exterior, têm sua procura aumentada, com a elevação das entradas das classes de altas rendas.

Os salários deveriam, entretanto, aumentar nas épocas de expansão, dada a solicitação de um caudal crescente de exportações. A necessidade de ampliar as plantações nessas fases e a abundante mão de obra a ser mobilizada para certos cultivos, justificariam supor uma concorrência entre empresários e uma elevação dos salários reais, pelo menos temporária. Duas razões principais impediram que isto ocorresse. Primeiro: no Brasil cada ciclo de cultura substituiu outro em decadência, do qual se deslocava a mão de obra na proporção que se fazia necessária. Segundo: para a cultura do café, cujo ritmo de expansão foi mais intenso, se deu comêço à imigração em massa de mão de obra européia, dirigida pelos próprios empresários.

Cumpre finalmente assinalar que não existe uma correlação entre a flutuação cíclica dos preços e o volume das exportações. A uma baixa de preços pode corresponder um aumento do volume das vendas, mecanismo compensatório por demais conhecido. Foi o que ocorreu com o café em 1931.

Não atuando, assim, dentro do sistema econômico nenhuma fôrça tendente a elevar os salários reais, a formação do mercado

interno se fêz muito difícil. O crescimento dêsse mercado se processava apenas em extensão, seja pelo aumento de uma massa de ínfimo poder de compra.

Contràriamente às economias que cresceram pelo aumento da produtividade, expandindo-se a produção *pari passu* com o mercado interno, no Brasil o crescimento da economia nacional se fêz em benefício de grupos restritos, sem que o mercado interno atuasse como centro da economia do país. Os movimentos de contração e expansão cíclicos não determinaram um aumento de produtividade como forma natural de crescimento da economia nacional. E êste fato está na base de certos traços fundamentais da economia brasileira, dos quais passamos a enumerar alguns:

a) A socialização das perdas e a concentração dos benefícios em reduzidos grupos, farão surgir um espírito de elevados lucros que passará da agricultura à indústria.

b) A baixa produtividade geral e o elevado nível de gastos das classes dirigentes que seguem os padrões dos países de elevada produtividade, tornarão extremamente exígua a poupança nacional.

c) O espírito de elevados lucros e a escassa poupança determinarão uma elevadíssima taxa de juros.

d) O crescimento sòmente em extensão da economia nacional, ligado a outros fatos que referimos, por um lado, e a elevação permanente da taxa cambial encarecendo os produtos importados, determinarão uma depressão permanente dos salários reais.

e) Os baixos salários da agricultura, de muito principal atividade econômica do país, darão a pauta dos salários nas demais atividades, reforçando por essa forma o espírito de elevados lucros a que antes nos referimos.

f) A estagnação ou a depressão dos salários reais impossibilitará o crescimento da economia nacional em profundidade, razão pela qual será muito lenta a formação do mercado interno.

g) Os lucros excessivamente elevados, a socialização das perdas, o contrôle parcial das atividades agro-exportadoras por grupos financeiros estrangeiros, o elevado preço do dinheiro e a debilidade do mercado interno — todos êstes fatôres concorrerão para retardar a formação no país de um autêntico espírito de emprêsa, condição básica do desenvolvimento de uma economia capitalista.

II — DESENVOLVIMENTO DE UM NÚCLEO INDUSTRIAL

Do que se vem de dizer depreende-se que a economia brasileira só muito lentamente se desenvolveria, devendo-se mesmo esperar uma tendência à estagnação. Na verdade tal tendência prevaleceu durante todo o século XIX, ao têrmo do qual as condições de vida da população do país pouco ou quase nada diferiam das do fim do período de dominação portuguêsa.

Certos acontecimentos concomitantes, ocorridos em fins do século passado, iriam entretanto tirar a economia brasileira do ciclo de estagnação em que estivera encerrada. Entre tais acontecimentos cumpre destacar a abolição do trabalho escravo (1888) e do regime monárquico (1889), e a crise econômica mundial de 1890 que se prolongaria em longa depressão sobretudo nos Estados Unidos. Relacionados com essa crise, processaram-se profundos transtornos na economia brasileira, como sejam:

a) depressão profunda e duradoura dos preços dos produtos primários: o preço ouro do café se reduziu em mais de cinqüenta por cento entre 1890 e 1899;

b) elevação inusitada da taxa cambial, perdendo a unidade monetária brasileira cêrca de setenta por cento de seu valor externo, em dez anos;

c) grande expansão do circulante: de 211 para 780 milhões de cruzeiros, entre 1889 e 1897;

d) inflação de crédito e especulação de títulos sem precedentes: entre 1890 e 1891 são autorizadas a funcionar 200 novas emprêsas, inclusive 37 bancos, com um capital global de 3 mil milhões de cruzeiros — quatro vêzes o capital de tôdas as sociedades existentes ao término do decênio anterior. Um grande *crack* já em 1891 fazia desaparecer boa parte dessas novas emprêsas.

Êstes sintomas de desequilíbrio que começavam a manifestar-se numa economia ainda estritamente colonial, abririam à mesma uma nova etapa de desenvolvimento. Os próprios fatôres limitativos a que antes nos referimos iriam forçar a formação dentro do país de um primeiro núcleo industrial, o qual, como veremos, será mais bem um recurso de sobrevivência que um mecanismo de expansão. Vejamos que condições propiciam o surgimento dêsse primeiro núcleo industrial:

I. O processo de contínua depreciação da moeda nacional teria como conseqüência a formação de uma barreira contra a

introdução no país de uma parte crescente das importações, fazendo imperativa a fabricação dentro do país de certos artigos indispensáveis à subsistência da população.

II. Ainda que se processasse apenas em extensão o crescimento da economia nacional, o grande desenvolvimento da cultura do café, à base de mão de obra livre, em fins do século passado, acelerou a formação de um mercado interno de baixo poder de compra unitário, mas bastante amplo.

III. O baixo custo da mão de obra e as facilidades de obtenção de certas matérias primas, farão surgir, dirigidas por estrangeiros e com capitais alienígenas, algumas indústrias leves destinadas à elaboração de matérias primas e alimentos destinados aos mercados externos. E' o caso dos frigoríficos.

IV. Os elevados arrancéis aduaneiros — fonte principal dos réditos públicos — a mão de obra barata e outros fatôres, induzirão progressivamente algumas indústrias estrangeiras a instalar no país oficinas destinadas a realizar etapas finais do processo de manufatura.

O núcleo industrial que assim começa a desenvolver-se não tem caráter nacional: está disseminado pelas diversas regiões do país que constituem mercados autônomos. Seu principal ramo é a indústria têxtil algodoeira, que conta com matéria prima de baixo preço nas diversas regiões do país.

Foi sòmente durante a guerra de 1914-18 que o ramo alimentício passou a ocupar o primeiro lugar na indústria brasileira. A impossibilidade de importar alimentos, nessa fase, obrigou a diversificar a agricultura, a intensificar a criação de gado e a elaborar dentro do país grande quantidade de alimentos. De 27 por cento em 1907, as indústrias de alimentação passaram a constituir 40 por cento da produção industrial do país em 1920. Concorreu para essa expansão a instalação dos frigoríficos destinados a subministrar carne aos mercados europeus durante a guerra.

O crescimento dêsse núcleo industrial pode ser apreendido nos diversos censos industriais realizados no país. Assim, antes de 1900 foram fundadas no Brasil 626 emprêsas; entre 1900 e 1914, 6.946; e entre 1915 e 1920, 5.940.

A análise do desenvolvimento industrial nessa primeira fase é elucidativa das causas do ritmo extremamente lento do crescimento econômico do país até a grande depressão. Essa análise

pode ser realizada com facilidade através da evolução da indústria têxtil, primeiro grupo a desenvolver-se e que tem ocupado maior número de operários.

Já na época do domínio português a Metrópole permitia que se elaborassem no país certos tipos de tecidos — particularmente aquêles destinados a vestir os escravos — cujo baixo preço não justificava seu envio da Europa. A indústria têxtil algodoeira brasileira, será em substância uma continuadora dessa primitiva indústria: antes se baseará na debilidade do mercado que em seu vigor.

Êsse grupo industrial foi, de todos modos, a primeira atividade econômica de grande vulto desenvolvida no Brasil em função do mercado interno. Até começos do presente século, as únicas atividades econômicas de importância no país eram as destinadas ao mercado externo, ou sejam as atividades tìpicamente coloniais de exportação de produtos primários. Não é alheio a essa singularidade o fato de que a indústria têxtil haja sido formada substancialmente por capitais internos.

Mas o que nos interessa destacar é a diversidade de ritmo da atividade industrial dirigida ao mercado interno relativamente às demais atividades econômicas do país. Veremos que as crises da indústria têxtil têm lugar em épocas de alta conjuntura mundial, seja em fases de elevados preços dos produtos primários no mercado internacional e portanto de expansão da renda nacional real. Assim, na fase de expansão que seguiu à primeira guerra; na fase de prosperidade que antecedeu à grande depressão e ainda no curto período de expansão dos últimos anos trinta, — em tôdas essas fases a indústria têxtil brasileira sofreu agudas crises, sendo obrigada a paralisar parcialmente suas atividades. Enquanto isso, em seu conjunto o país atravessava uma fase de elevada renda. Vejamos a explicação disso.

Nas fases de prosperidade nos países industriais, os preços dos produtos primários se beneficiam relativamente aos preços dos produtos industriais. A relação de trocas melhora assim para o Brasil que tende a recuperar, pelo menos em parte, o que havia perdido na depressão anterior. Se se tem em conta ademais que na alta cíclica aumentam de uma maneira geral os envios ao exterior, compreende-se que a elevação do poder de compra do país no mercado internacional se efetua em têrmos absolutos e relativos. Em tal situação, se tem lugar uma apreciação

monetária, resulta uma baixa dos preços das mercadorias importadas relativamente às produzidas no país. Se não se efetua a apreciação monetária, eleva-se o poder de compra no exterior dos grupos de elevados coeficientes de importação, os quais recolhem os benefícios da exportação. Num e noutro caso, portanto, a alta cíclica tende a intensificar as importações em detrimento da produção interna.

Conforme já observamos anteriormente, a apreciação monetária é a solução menos freqüente. Portanto, é o setor da população de elevado coeficiente de importações o que mais se beneficia com a alta cíclica. Na verdade a outra solução, seja a baixa da taxa cambial, seria de conseqüências ainda mais graves para a indústria, pois elevaria o coeficiente de importações não dos grupos já tradicionalmente dependentes do mercado externo, e sim de grandes massas compradoras.

Caberia objetar que o benefício para a indústria deveria vir indiretamente através do aumento da renda nacional e do crescimento do poder de compra da massa. É bem verdade que o aumento do poder de compra da massa que resultasse de uma baixa da taxa cambial não beneficiaria a indústria interna, devendo mesmo prejudicá-la. Mas a alta cíclica, elevando a renda nacional, deveria aumentar seja os salários reais seja o volume global de salários pagos, e dessa forma aumentar o poder de compra interno da massa.

Essa objeção não prevalece na prática porque em uma economia de tipo colonial a alta cíclica não significa necessàriamente aumento da massa dos salários pagos, assim como a depressão não implica automàticamente em desemprêgo.

Vimos que na depressão não se processa necessàriamente uma contração da procura e que em razão disso o ritmo de atividade não diminui bruscamente, como nos países industriais. O fator deprimente fundamental é a baixa dos preços no mercado internacional e o prejuízo causado por essa baixa aos exportadores e ao Estado é transferido em grande parte para a massa compradora através da depreciação monetária.

A alta cíclica por seu turno não resulta de um aumento do volume das inversões e portanto da massa de salários pagos. Resulta sim da elevação dos preços dos produtos primários vendidos no exterior, sem que disso decorra necessàriamente um aumento da massa de salários pagos. Isto é ainda mais certo no

caso de produtos, como o café, dos quais se mantêm grandes estoques e cuja cultura necessita de vários anos para ter objetividade econômica. Pode mesmo haver uma estrita regulamentação para evitar que o ritmo do cultivo seja influenciado pelas flutuações cíclicas dos preços.

Os benefícios da elevação cíclica dos preços de exportação revertem principalmente para os grupos restringidos que dirigem essas atividades. Não é por outra razão que nos países de economia colonial, não obstante a renda nacional resulte em sua quase totalidade de atividades rurais, a melhora do padrão de vida é apenas perceptível numas poucas cidades.

Sòmente em circunstâncias excepcionais, como as criadas durante as duas guerras, permitirão à indústria têxtil beneficiar-se da alta conjuntura. Nessas ocasiões, a redução do coeficiente de importações possibilitará a ampliação do mercado interno. Durante a primeira guerra as importações têxteis brasileiras foram reduzidas em 50%, numa época em que subiam em mais de cem por cento os preços dos artigos exportados. A relativa apreciação da moeda brasileira — o cruzeiro subiu de 12d a 14d entre 1915 e 1919 — que poderia haver constituído um fator de elevação dos salários reais, foi contrabalançado pelas dificuldades de importação resultantes da guerra.

No período de grande expansão da economia mundial compreendido entre 1924 e 1929, a indústria têxtil brasileira apresentou evidentes sintomas de depressão. A produção desceu progressivamente de 671 milhões de metros, em 1925, a 476 milhões, em 1930. Já em 1928 se iniciava em São Paulo uma intensa campanha reclamando medidas do govêrno para solucionar a "crise têxtil". O "Centro de Industriais de Fiação e Tecelagem" dessa cidade publicou então um manifesto recomendando as seguintes medidas, depois em parte adotadas: a) elevação das tarifas aduaneiras para impedir a entrada de tecidos estrangeiros; b) proibição pelo prazo de cinco anos ou mais da importação de máquinas têxteis; c) cartelização da indústria têxtil nacional.

A depressão nos grandes centros industriais de 1930 a 1936, trouxe, com a contração das importações brasileiras, novo surto à indústria têxtil nacional, cuja produção subiu de 476 milhões de metros em 1930 a 954 milhões em 1937. Uma nova crise se esboçou em seguida e já em 1939, com vistas a "minorar a crise da indústria têxtil", o "Centro dos Industriais de Fiação e Te-

celagem de Algodão do Rio de Janeiro", solicitava medidas do govêrno, inclusive o restabelecimento do regime de proibição da importação de equipamentos para essa indústria. A produção havia baixado a 822 milhões de metros em 1940. Algumas fábricas tinham reduzido seu regime de trabalho a 32 ou mesmo 24 horas semanais. Finalmente, com a grande contração das importações, iniciada em 1941, a indústria têxtil se recuperou amplamente.

Essa disparidade de ritmo entre a indústria têxtil e o grosso das atividades econômicas do país, tem conseqüências que merecem ser observadas de mais perto. Como as crises dessa indústria coincidem com a expansão das importações, os industriais têm o recurso de apelar para medidas de caráter protecionista. Ademais, pôsto que o equipamento industrial vem do estrangeiro, êsses industriais, sem encontrar oposição de nenhum grupo organizado, podem solicitar a interdição da entrada de máquinas têxteis no país. O govêrno e a nação em fase de prosperidade se encontram capacitados para respaldar a indústria em sua etapa de debilidade. A crise perde, em razão disto, sua efetividade saneadora. E isto em parte explica a forma de crescimento tìpicamente em extensão da indústria têxtil brasileira. As novas fábricas e os novos equipamentos se vão somando aos velhos, sendo os custos extremamente díspares, não apenas de uma região para outra, mas mesmo dentro de uma mesma região. A indústria não enfrentou periòdicamente — o que não está dentro da lógica da economia capitalista — a necessidade de diminuir seus custos para ajustá-los a um nível mais baixo da procura.

A grande expansão da indústria têxtil por ocasião da última guerra, se efetuou através de um emprêgo a fundo do equipamento existente. Já em 1941, primeiro ano dessa fase expansionista, a indústria havia pràticamente mobilizado todo o equipamento instalado no país. Nos anos seguintes se conseguiu instalar um certo número de teares suplementares construídos no país. Entretanto, não foi possível aumentar o número de fusos, os quais não se fabricavam no Brasil. A expansão suplementar que se conseguiu nesses anos, até 1944, possibilitou uma utilização intensiva do material, que passou a trabalhar até 22 horas diárias em certas regiões.

O crescimento da produção através do aumento do número de trabalhadores, na forma que se operou nessa indústria du-

rante a guerra, implica numa baixa de produtividade, razão por que os salários não poderão elevar-se paralelamente ao aumento da produção. E' verdade que, se os novos operários utilizados nos turnos suplementares provêm de atividade de ínfima produtividade — serviços domésticos e mesmo a agricultura extensiva — como sói acontecer entre nós, para o conjunto da economia nacional terá havido de todos modos um certo aumento de produtividade. A elevação dos salários na indústria, entretanto, só será possível com um aumento da produtividade dentro da indústria, o que se está longe de conseguir multiplicando o número de operários para um determinado nível de capital fixo. Por êste meio apenas se consegue criar sobrelucros.

Êsse tipo de expansão industrial contribui muito pouco para ampliação do mercado interno, pois se a massa dos salários pagos aumenta um pouco momentâneamente, os salários reais individuais quase nada crescem. Na realidade êsses salários deveriam baixar porque a produtividade do trabalhador marginal diminui. Isto é tanto mais certo quanto os novos admitidos eram operários improvisados no *metier* e vinham de atividades mais mal remuneradas. Se não houve essa baixa de salários reais foi porque a carência de mão de obra com um mínimo de treinamento se fêz muito cedo sentir. Contribuiu para a diminuição da produtividade o alto desgaste do material, quando era pràticamente impossível sua substituição.

Entre 1925 e 1944 a evolução da indústria têxtil algodoeira parece indicar essa diminuição de produtividade, conforme se vê abaixo:

	1925	*1944*
Número de operários	111.065	234.864
Produção (milhares de metros) .	670.578	1.152.080
Produção por operário (metros)	6.038	4.902

A conseqüência principal dêsse tipo de expansão — o que ainda é mais grave porque vem ao encontro de uma velha tendência a que antes nos referimos — é criar uma elevada taxa de sobrelucros.

Também neste caso é de interêsse destacar o papel do mecanismo do câmbio. A elevação dos preços dos artigos exportados e o saldo do balanço de pagamentos teriam de pressionar

a taxa cambial determinando a apreciação da moeda brasileira, exatamente como ocorreu durante a primeira guerra. Essa baixa da taxa cambial exerceria um papel de mecanismo protetor do consumidor brasileiro, pôsto que o mercado mundial era essencialmente comprador. Como o govêrno brasileiro decidiu estabilizar a taxa cambial em seu ponto mais alto, alcançado imediatamente antes da guerra, o mercado externo se tornou duplamente atraente para o produtor nacional. As exportações de tecidos de algodão subiram de uma média de 6 milhões de metros no decênio de trinta até sobrepassar 260 milhões em 1943. Os fornecimentos ao mercado interno diminuíram de 79 milhões de metros mensais em 1944 para 71 milhões em 1945 e para 55 milhões no primeiro semestre de 1946. O preço no mercado interno subiu de Cr$ 3,17 o metro em 1944, para Cr$ 5,27 em 1945 e Cr$ 6,50 em 1946. No último dêstes anos o preço pago pelo comprador exterior ascendeu a Cr$ 9,00, o que bem justifica a preferência dos provedores brasileiros. Calcula-se que se o govêrno não houvesse proibido temporàriamente as exportações, em 1946, o consumidor interno teria sido totalmente sacrificado. (2)

A estabilização da taxa cambial tornou assim possível uma grande elevação dos lucros da indústria. Os preços internos dos tecidos passaram a ser regulados pelos preços externos, convertidos êstes à moeda nacional a uma taxa cambial que o govêrno mantinha elevada contra a pressão do saldo do balanço de pagamentos.

Encontramos aqui mais uma vez o problema da dualidade fundamental da economia brasileira: o setor tìpicamente colonial em contraposição ao núcleo que se desenvolve em função do mercado interno. A estabilização da taxa cambial era um recurso mediante o qual se procurava proteger o setor agro-exportador, rìgidamente dependente do mercado norte-americano, onde os preços haviam sido estabilizados. A tendência para elevação dos custos e a impossibilidade de aumentar os preços no exterior impunham a estabilização da taxa cambial.

A situação da indústria têxtil era inteiramente outra: não dependia fundamentalmente do mercado externo e tampouco aparecia neste como provedora de "produtos coloniais". Pelo

(2) Ver GUILHERME DA SILVEIRA FILHO, *Memória sôbre a situação da Indústria têxtil brasileira*, edição da CETEX, 1946.

contrário, desfrutava de uma situação excepcional criada pela exclusão dos fornecedores habituais do mercado. Beneficiou-se assim essa indústria porque não era "atividade colonial" e porque gozou da proteção cambial concedida às atividades coloniais. Não se cogitou nessa época de taxas cambiais diferenciais, e a estabilização do câmbio beneficiou indiscriminadamente a todos os produtores-exportadores.

A análise que vimos de esboçar nos reconduz a nosso ponto de partida, seja que o crescimento da indústria brasileira não se processou desde o início pela forma normal de aumento da produtividade. Tal forma de crescimento não teria levado ao espírito de sobrelucros que nela tem prevalecido. A expansão da indústria têxtil on período que vimos de analisar, por exemplo, não implicou nem em aumento dos salários reais nem em baixa dos preços. Sòmente por uma dessas duas formas ela poderia ter contribuído para elevação do poder de compra da massa da população.

O aumento dos lucros por si só tem como conseqüência: a) elevar o coeficiente de importações de artigos suntuários, aumentando as partidas passivas do balanço de pagamentos; b) possibilitar a reinversão, que inegàvelmente é a principal forma de capitalização do país. Cumpre porém observar que êste segundo efeito não atua *per se*, pelo menos no que concerne a uma atividade, como é o caso da indústria entre nós, que vive em função do mercado interno. Sòmente a expansão dêste pode abrir campo às reinversões.

Vimos anteriormente que uma economia estritamente colonial pode expandir-se sem que se amplie o mercado interno, desde que se acumulem os lucros. As inversões acompanharão neste caso a expansão do mercado externo. Numa economia à base de mercado interno, entretanto, já não será possível aumentar as inversões sem que se eleve o poder de compra das massas. Neste último caso, a expansão que se traduz exclusivamente em aumento de lucros debilita o corpo econômico como um todo e representa antes uma distorsão que um crescimento.

Estas limitações, que em alguns ramos da indústria perduraram até hoje, impediram o núcleo industrial que se formou no país desde fins do século passado de constituir por si só e desde cedo uma fôrça renovadora capaz de transformar profundamente a estrutura econômica do Brasil.

Repetidas vêzes se tem buscado numa fase pretérita do desenvolvimento econômico dos Estados Unidos um paralelo para a transição que se processa atualmente na economia brasileira. Tal identificação não tem nenhum sentido. Nos Estados Unidos o núcleo industrial se desenvolveu inteiramente à parte das atividades coloniais, entrando finalmente em conflito com estas. No Brasil a economia industrial em grande parte surgiu como um prolongamento da economia patriarcal do século passado. Algumas vêzes — o caso da indústria açucareira do Nordeste é ilustrativo — tentou-se conservar o mais possível a velha estrutura social, criando-se em conseqüência obstáculos quase infranqueáveis ao desenvolvimento da indústria.

A análise dêstes fatos poderia talvez aclarar certos aspectos do desenvolvimento do núcleo industrial brasileiro. Entre êstes poderíamos citar a ausência de um vigoroso espírito de emprêsa, a qual se traduz numa tendência à cartelização.

A cartelização é um sintoma de estagnação, inexplicável em grupos industriais jovens e em expansão. Vejamos o caso tão conhecido da indústria açucareira: a baixa de preços depois da crise de 1929 e a criação de novas e mais eficientes unidades no sul do país onde a crise do café se fazia sentir duramente, tornaram imperativo fôsse o saneamento da indústria, fôsse a interrupção do seu crescimento. A primeira solução só poderia ser alcançada através de um aumento de produtividade que tornasse possível a ampliação do mercado interno através da baixa dos preços. Tal política levaria necessàriamente à exclusão dos produtores menos eficientes e à melhora dos padrões de trabalho dos de mais elevada produtividade. Optou-se entretanto pela cartelização da indústria com a conseqüente estagnação da produção e a conservação dos produtores marginais. Dentro dêste espírito foi proibida a instalação de novas usinas.

Soluções dêste tipo impedem o desenvolvimento normal de uma economia de livre emprêsa, que encontra nas crises um instrumento de saneamento para alcançar uma mais elevada produtividade. A cartelização em casos como o citado significa a perpetuação de uma situação anti-econômica, com uma transferência de perdas dos consórcios industriais ineficientes para a massa de consumidores e a formação de sobrelucros para os de mais elevada produtividade. Nas fases de prosperidade, como é

óbvio, a cartelização impedirá a elevação dos salários reais, que possibilitaria a concorrência entre empresários.

III — CRISE DE CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO DO MERCADO INTERNO

Não cabe atribuir as profundas transformações que se vêm processando na economia brasileira nos últimos dois decênios ao simples desenvolvimento de suas fôrças internas. Vimos nos parágrafos precedentes que predominava entre essas fôrças mais bem uma tendência para a estagnação, sendo mesmo manifesta, entre alguns importantes grupos industriais, a incapacidade para superar dentro das regras do jôgo capitalista as crises com que se enfrentavam. A cartelização e a proibição periódica de importação de máquinas são mais que sintomas de uma economia que sacrificava a uma cômoda socialização de perdas a possibilidade de revigorar-se e crescer.

E' na ruptura do ritmo de atividade do setor colonial, cujas repercussões se fariam sentir em tôda a estrutura econômica do país, que devemos buscar a explicação para as transformações a que nos vimos de referir. Essa ruptura tem seu ponto de partida no desequilíbrio fundamental trazido a êsse setor da economia nacional pela crise de 1929 e suas derivações.

Pode-se considerar 1929 como o término de uma fase evolutiva da economia brasileira. Não que esta tenha então passado de colonial a industrial, e sim porque tendo atingido o ponto máximo de expansão dentro de uma determinada estrutura, viu-se na impossibilidade de continuar a expandir-se dentro dessa estrutura. Até então o setor colonial havia absorvido direta ou indiretamente (através dos transportes, por exemplo) a massa das inversões.

Atingido o ponto de saturação, a economia brasileira tinha diante de si duas perspectivas: ficar estacionária, como ocorreu com alguns países da América Latina, diga-se de passagem, ou buscar uma outra maneira de expandir-se. O poder de compra do país no exterior estava em franco declínio e o padrão de vida da população, que não cessava de crescer, teria certamente de reduzir-se substancialmente se se continuasse na estrita dependência do comércio exterior. Vale a pena observar mais detidamen-

te essa crise que está na base do processo de industrialização do Brasil.

A queda persistente do valor dos produtos primários que constituem, e mais ainda constituíam em 1929, o grosso das exportações brasileiras, não pôde ser contrabalançada pela depreciação da moeda — no que diz respeito aos interêsses dos exportadores — nem pelo aumento do volume físico das exportações.

O mecanismo da alta da taxa cambial operou, como em situações idênticas no passado, no sentido de socialização das perdas. Os dados que abaixo transcrevemos põem em evidência que os exportadores de café conseguiram, através de taxa cambial, transferir para a massa importadora parte substancial de suas perdas:

Café exportado	*1929*	*1931*
Em saco de 60 kg.	14.280.815	17.850.872
Valor em £ ouro ..	67.306.847	34.103.507
Val. em Cr$ 1.000,00	2.740.073	3.347.079

O preço do café baixou, em Nova York, de setembro de 1929 até o mesmo mês de 1931, de 22,5 centavos de dólar por libra, a 8 centavos. A diminuição de cêrca de 60 por cento no valor pago no exterior foi contrabalançada pelo aumento do volume físico do café vendido e pela elevação da taxa cambial. O aumento do volume físico foi de 25 por cento e o da taxa cambial, no seu ponto máximo, foi de 40 por cento. Não obstante, êsses dois movimentos combinados não puderam evitar que o valor final em moeda nacional fôsse, em 1931, de 14 por cento inferior ao de 1929. Do ponto de vista do poder de compra do país no exterior, para o qual concorrem concomitantemente o quantum exportado e a evolução da relação de troca, o prejuízo foi certamente muito maior.

Durante todo o decênio trinta a agricultura de exportação brasileira desenvolveu um grande esfôrço de sobrevivência e o malôgro dêsse esfôrço está na base das transformações estruturais que a partir dêsses anos se vêm processando na economia brasileira. O caso do café, que entre 1925 e 1929 representou 71,7 por cento do valor total de nossas exportações, é

por demais ilustrativo. A cotização dêsse produto no decênio trinta se aproxima da têrça parte do preço médio de 1929, não obstante a desvalorização do dólar em 1934. Mesmo aos baixíssimos preços vigentes, uma de cada três toneladas de café produzidas no país ficava sem comprador. O país teve assim que enfrentar a contingência de destruir uma parte substancial de sua produção: entre 1931 e 1939 produziram-se pouco mais de 13 milhões de toneladas de café das quais foram destruídas mais de 4 milhões.

Não é nosso propósito julgar aqui o valor dessa política malthusiânica. Haveria que ter em conta em tal caso as características específicas da cultura do café. Não obstante, convém assinalar que essa política que de contingência chegou a transformar-se em instituição nacional, é no fim de contas fruto do mesmo espírito tendente à socialização das perdas a que antes nos referimos. A uma decidida política de desestímulo dêsse setor agrícola e de utilização em outros setores dos fatôres de produção liberados, se preferia uma divisão geral das perdas através do sistema de cotas de sacrifício, com o conseqüente empobrecimento do país que perdia substância.

Para o conjunto das exportações a situação não se apresentou muito diversa. Noventa por cento do valor dos envios do Brasil ao exterior, entre 1925 e 1929, estavam constituídos por oito produtos primários, na ordem seguinte:

Café	71,7%
Couros e peles	4,8%
Cacau	3,5%
Mate	3,0%
Borracha	2,9%
Algodão	2,1%
Fumo	1,9%
Açúcar	0,4%
Total	90,2%

O esfôrço feito em seguida à baixa de preços pode ser medido pelo aumento do volume físico exportado, não obstante a contração do mercado mundial:

Produtos	*1925/29*	*1930/34*	*1935/39*
Café	100	106	107
Couros e peles	100	86	100
Cacau	100	129	176
Mate	100	82	76
Borracha	100	50	59
Algodão	100	161	1.013
Fumo	100	100	106
Açúcar	100	161	204
Quantum do total (preços 1925/29)	100	104	127
Valor do total em moeda nacional	100	76	113

Se se tem em conta a desvalorização do cruzeiro que, conforme indicamos anteriormente, foi de cêrca de 40 por cento, compreenderemos quão ineficaz foi êsse esfôrço para manter o poder de compra do país no exterior. Uma rápida comparação dos dados acima com aquêles referentes às importações de manufaturas é indicativa da situação que enfrentou o país nos anos trinta.

Importações de manufaturas

Produtos	*1925/29*	*1930/34*	*1935/39*
Quantum	100	49	80
Valor	100	53	151

O esfôrço feito pelo país para pagar com sua produção primária o mínimo de importações necessário a seu desenvolvimento econômico, não parece, portanto, haver logrado êxito. E' verdade que a agricultura de exportação cresceu também diversificando-se, o que se pode computar entre as boas conseqüências da crise. Não fôra a solução malthusiânica adotada em certos casos, e tal diversificação teria certamente sido maior. Tem-se uma indicação dessa diversificação na baixa da importância relativa dos oito produtos acima referidos, os quais desceram de 90,2 por cento do valor total de 1925/29 a 85 por cento em 1930/34 e a 76,7% em 1935/39. Outra tendência à diversificação poderia ser assinalada dentro do grupo de oito produtos, no caso do algodão. Êste artigo que em 1925/29 representou apenas 2,1 por cento do valor total das exportações, ascendeu a 18,6 por cento em 1935/39.

A importância do caso do algodão é tanto maior quanto trouxe diversificação ao mercado comprador.

Resumindo o que anteriormente foi dito pode-se afirmar que:

Primeiro: o tenaz esfôrço feito para aumentar o volume das exportações tradicionais não logrou subministrar ao país as divisas necessárias para manter o ritmo de desenvolvimento econômico dos decênios anteriores;

Segundo: a economia brasileira se encontrou na impossibilidade de continuar a desenvolver-se através do crescimento de sua agricultura de exportação, devendo não sòmente reduzir o ritmo das inversões nesse setor, mas ainda adotar um regime de auto-destruição.

Êstes fatos afetarão profundamente a estrutura econômica do país. A necessidade de reduzir dràsticamente as importações de manufaturas e conservá-las em baixo nível persistentemente, dará um impulso substancial à produção interna.

Nas crises anteriores o problema se resolvera simplesmente através do mecanismo do câmbio. A taxa cambial se elevava até restabelecer-se o equilíbrio entre o poder de compra interno e a disponibilidade de divisas. Essa solução não foi possível no decênio trinta por múltiplas razões. Primeiramente a crise foi mais profunda e, o que ainda é mais grave, extremamente persistente a depressão. Por outro lado, o desenvolvimento econômico que já havia alcançado o país não teria permitido, sem a imobilização quase total de suas atividades, uma redução das importações ao nível que teria exigido o livre funcionamento do mecanismo cambial. Fêz-se imperativa a utilização controlada das disponibilidades de divisas, pois se faltassem as importações de combustíveis e de algumas matérias primas fundamentais a economia nacional ficaria traumatizada.

Se a depreciação monetária protegeu as classes que derivam suas rendas das exportações de uma drástica redução de seu poder de compra, o contrôle de câmbios forçou-as a comprimir seu coeficiente de importações. O mercado interno, que não havia encontrado no processo de elevação dos salários reais sua forma normal de crescimento, tomaria um forte impulso com a redução forçada do coeficiente de importações dos grupos de mais elevados ingressos. Criava-se assim um mercado potencial para inumeráveis indústrias e ampliavam-se as perspectivas de outras.

Dois fatôres, em síntese, atuaram em forma convergente: a) a redução do coeficiente de importações das classes de médias e altas rendas, e b) a impossibilidade de continuarem no mesmo ritmo as inversões no setor de economia colonial. O choque causado pela crise externa deu assim à economia brasileira oportunidade de desenvolver seu mercado interno.

IV — ALGUMAS CONSEQÜÊNCIAS GERAIS DA INDUSTRIALIZAÇÃO

Os reflexos que sôbre o conjunto da economia do país teve o processo de industrialização, cujo ritmo se acentuou nos últimos dois decênios, devem ser observados de mais perto pela significação que encerram para o desenvolvimento presente e futuro do Brasil.

Não nos deteremos a assinalar as vantagens clássicas atribuídas à industrialização, que derivam das possibilidades que abre esta à utilização a fundo da técnica e portanto à elevação da produtividade. Anotaremos apenas três conseqüências do processo de industrialização que, sem perder seu caráter de universalidade, apresentam certa especificidade no Brasil. São elas:

a) maior grau de independência da economia do país *vis-à-vis* das flutuações do mercado internacional de produtos primários;

b) as mudanças na estrutura agrícola; e

c) a integração das diversas economias do país em uma unidade econômica.

Nas secções anteriores pôs-se em evidência até que ponto a economia do país era afetada pelas flutuações dos preços dos produtos primários, melhor dito de uns poucos produtos primários, no mercado internacional.

A formação de uma economia à base de mercado interno irá desligando uma fração crescente da renda nacional dessas flutuações. Não significa isto que a economia brasileira se fará independente do ritmo geral da economia mundial. As flutuações do mercado dos produtos primários são muito mais amplas e bruscas que as do conjunto da economia nos países de economia complexa.

As flutuações cíclicas, quando têm seu centro dentro da atividade econômica de um país ou grupo de países do mesmo ritmo

de atividade, é uma contingência do processo de crescimento. E é isto o que não ocorre com os países de economia colonial, onde as flutuações não encontram razão de ser no ritmo da atividade interna e não concorrem para o aumento da produtividade.

Outra conseqüência significativa da industrialização foi o crescimento dos núcleos urbanos e a influência dêstes sôbre a estrutura agrícola.

O núcleo agrícola de tipo colonial é essencialmente monoprodutor. Significa isto que se produz para o mercado apenas um artigo. Os escravos e mais tarde os obreiros agrícolas deveriam plantar o necessário para sua subsistência e dedicar todo o resto de seu tempo ao cultivo extensivo de um produto de exportação. E' fácil explicar o mecanismo que levava a essa situação, dentro da teoria dos custos comparados: havia sempre um produto de larga aceitação no mercado internacional que encontrava melhores condições de cultivo em um determinado complexo de condições econômicas.

A criação de grandes centros urbanos no país fêz surgir a necessidade de prover sua população de um grande número de artigos agrícolas. Já assinalamos anteriormente que a estrutura econômica colonial resistira à formação dêsse mercado interno, e que por muito tempo se considerou vantajoso procurar no mercado externo meios de subsistência, inclusive para alimentar grande parte da população urbana. A primeira guerra interrompeu definitivamente grande parte dêsse intercâmbio e obrigou à diferenciação de uma parte da agricultura.

A tendência para o desenvolvimento de uma policultura ligada ao mercado interno se vem acentuando desde então. As unidades agrícolas estritamente monoprodutoras de exportação cedem lugar, nas regiões de mais densa população, à policultura. Já se podem ver no país três tipos diversos de unidades agrícolas, cuja gradação traduz nìtidamente as mudanças estruturais que se estão processando:

a) o núcleo policultor, das proximidades dos centros urbanos, totalmente dedicado a prover o mercado interno;

b) o núcleo intermédio, situado a maior distância dos centros urbanos, mas em região servida por transportes não muito caros, que se dirige tanto ao mercado interno como ao externo,

e de qualquer forma pratica a policultura mesmo com relação a êste último;

c) finalmente o núcleo inteiramente dedicado ao cultivo extensivo de um só produto de exportação, mais distanciado das regiões urbanizadas.

Êsse tipo de diversificação de nenhuma maneira é geral no país e apenas nas regiões de maior desenvolvimento econômico, como São Paulo, se apresenta nìtidamente. Esta restrição, entretanto, longe de diminuir a validade, confirma o que acima se disse, ou seja que as transformações estruturais que se observam presentemente na agricultura decorrem do processo de industrialização.

O desenvolvimento econômico do Brasil se processou històricamente pela superposição de "ciclos" agrícolas e de mineração. Cumpre fazer duas observações com respeito a tais ciclos. Primeiro, que êles se situaram em áreas diversas do país. Segundo, que os mesmos não se substituíram cronològicamente. Cada ciclo tinha sua fase de esplendor, e quanto mais duradoura fôsse essa, maiores e de mais profundas raízes seriam os interêsses criados em tôrno do mesmo. Formava-se, assim, uma superestrutura social, às vêzes tôda uma civilização, que prolongaria a vida do ciclo, ainda quando a atividade dêste se houvesse tornado anti-econômica.

Essa persistência dos fatôres produtivos em tôrno de uma atividade que perdia sua significação econômica, teve conseqüências importantes. Por um lado, amplas regiões do país permaneneceram povoadas, constituindo núcleos econômicos mais ou menos independentes; por outro, os ciclos poderiam recobrar vida sempre que o permitissem as condições do mercado internacional. Dessa forma, ciclos houve, como o do açúcar, que permaneceu por quatro séculos, até hoje, tendo sido várias vêzes excluído do mercado internacional, do qual por mais de um século foi o principal provedor.

Observamos anteriormente os reflexos que teria essa superposição de ciclos no problema do subministro de mão de obra, da qual existiriam sempre grandes reservatórios no país. Assinalaremos agora alguns aspectos políticos do problema.

Em tôrno de cada ciclo, como dissemos, se formava uma ampla superestrutura social e se cristalizavam fortes interêsses. Na

independência econômica dêsses núcleos sociais, a Metrópole encontrou, na época colonial, sua melhor aliada. Tais núcleos permanecerão autônomos depois da independência: antes ligados a seus mercados compradores e provedores europeus, que uns aos outros. Razões diversas, inclusive a continuidade do poder real e a estabilidade social decorrente do regime de escravidão, impediram, no século dezenove a fragmentação do país.

Faltava ao Brasil, entretanto, um vínculo interior econômico que ligasse sòlidamente suas diversas partes. A falta dêsse vínculo não é alheia ao espirito separatista que pode ser surpreendido em numerosas revoluções, cuja cadeia se prolongou até 1932.

Compreende-se, em razão dêstes fatos, a importância que no Brasil deveria assumir o processo de industrialização, o qual tenderia a transformar o país em um só mercado, integrando por essa forma as diversas regiões agrícolas anteriormente voltadas para o exterior. Criava-se assim uma íntima interdependência entre as distintas regiões do país e uma consciência de unidade.

O Brasil, ao entrar em sua nova fase de desenvolvimento econômico, não só encerrava seu cíclo colonial, mas ainda fundia todos os "ciclos" anteriores em uma unidade econômica integrada, e concluía o processo histórico de sua formação nacional.

GRÁFICO N.º 1

ÍNDICE DE RELAÇÕES DE TROCAS

1937 = 100

Para o índice dos preços de exportação se deflacionou o índice do valor desta pelo índice do *quantum*, a preços de 1937. O índice dos preços de importação é ponderado pela composição do ano corrente, consideradas as grandes classes — animais vivos, matérias primas, gêneros alimentícios e manufaturas. Para os dois índices se utilizaram valores em libras esterlinas de 1901 a 1939 e em cruzeiros para os restantes anos. Para os anos de 1946, 47 e 48 foram calculados índices mais precisos à base de 98 itens de importação e 14 itens de exportação, ponderação do ano corrente.

GRÁFICO N.º 2

EVOLUÇÃO DO "QUANTUM" DAS EXPORTAÇÕES DO PODER DE COMPRA DO PAÍS NO EXTERIOR E DA POPULAÇÃO

1937 = 100

Quantum a preços de 1937. O poder de compra no exterior foi conseguido relacionando o índice do *quantum* com o índice das *relações de trocas*.

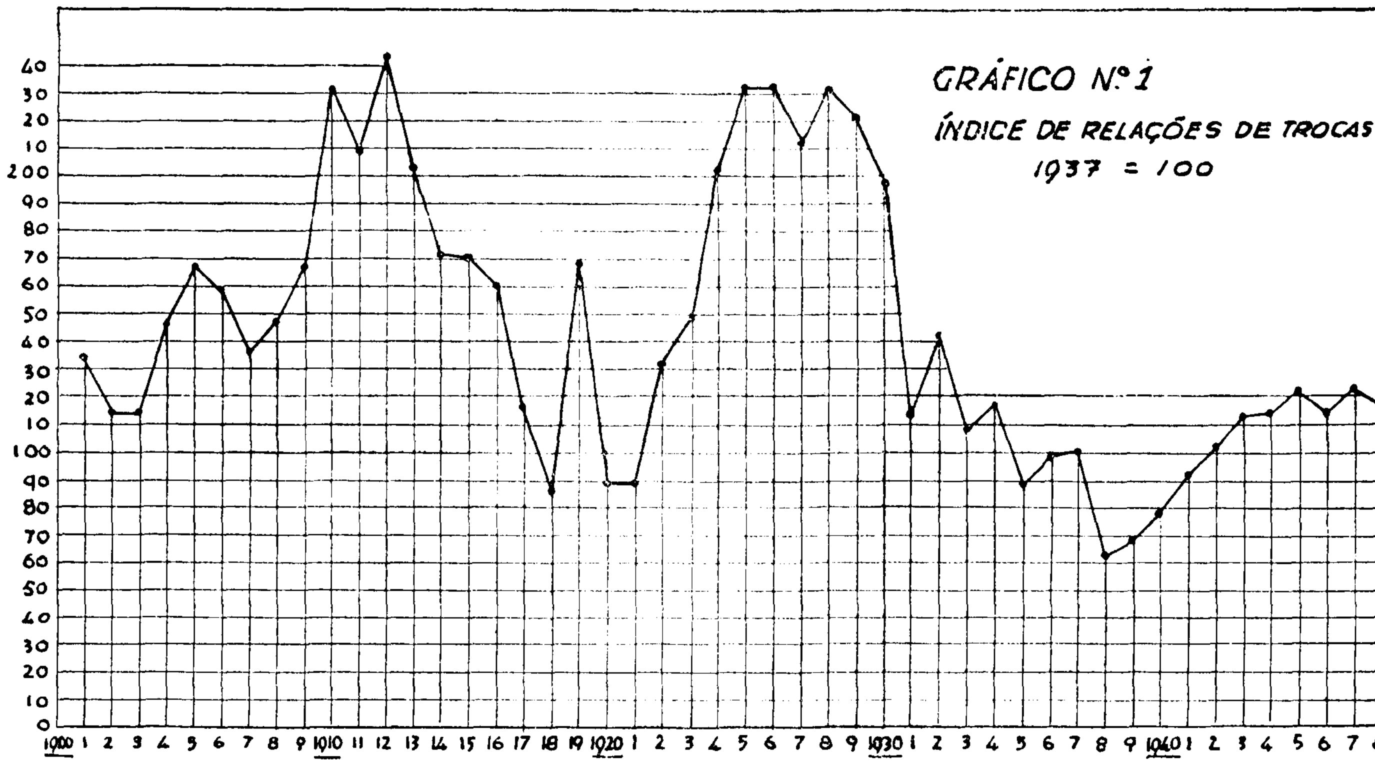
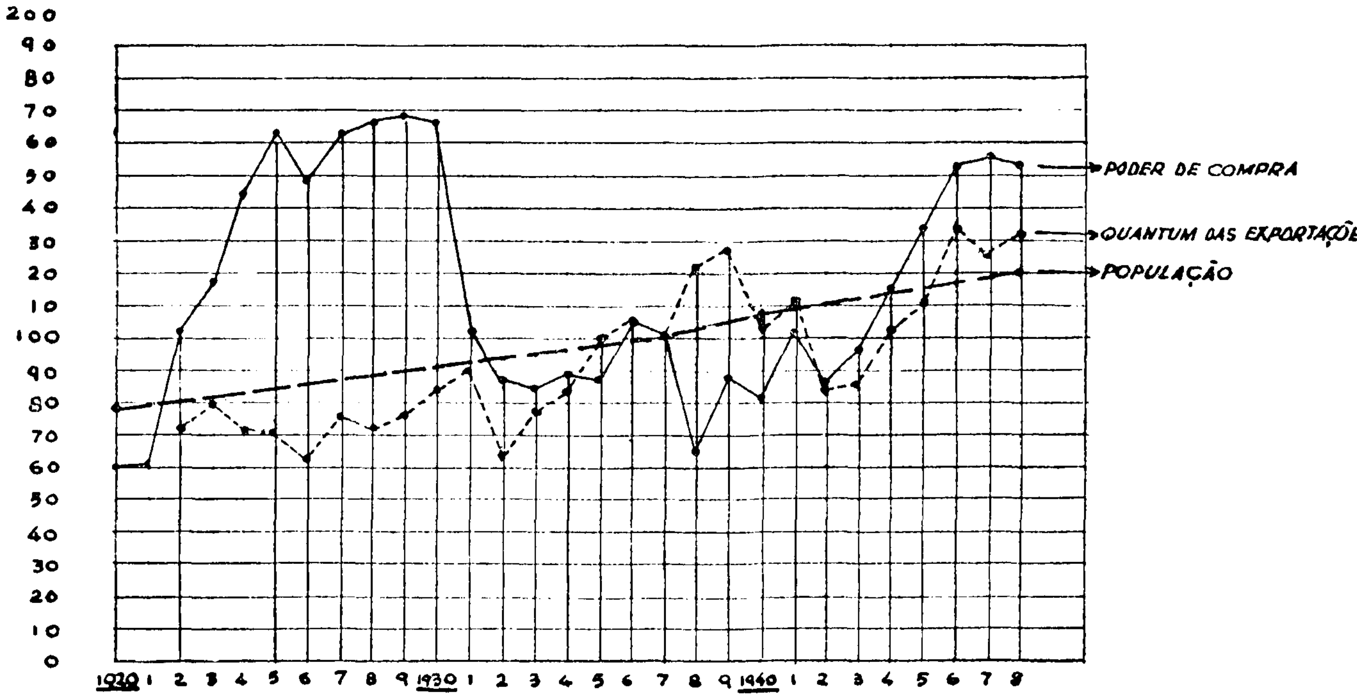

GRÁFICO Nº 1
ÍNDICE DE RELAÇÕES DE TROCAS
1937 = 100

GRÁFICO Nº 2

EVOLUÇÃO DO QUANTUM DAS EXPORTAÇÕES, DO PODER DE COMPRA DO PAÍS NO EXTERIOR E DA POPULAÇÃO.

1937 = 100



SUMMARY

GENERAL CHARACTERISTICS OF BRAZILIAN ECONOMY

The Author points out three factors which he believes have played a decisive part in the development of Brazilian economy, i.e.,

a) the steady impairment of commercial relationships;
b) the steady increase of the exchange tax;
c) the chronical inflation of currency due mainly to budget deficits.

After explaining the influence of these factors the Author points out two characteristic features of Brazilian economy:

a) the trend for concentrating income in the hands of the few; and
b) the slow growth of the internal market.

In contrast with the economies which grew through the increase of their productivity and which expanded their production at the same rate as the development of their internal market, Brazilian national economy (the Author states) grew to the benefit of small groups and the internal market played no part in its growth as the centre of the country's economy. The movements of cyclical contraction and expansion had no increasing effect in the productivity as a natural means for the growth of national economy. This fact is at the basis of some fundamental features of Brazilian economy, namely:

a) socialization of losses and concentration of profits in the hands of a few, originating a spirit for high profits, transmitted from farmers to manufacturers;
b) low general productivity and high standards of expenses in the higher classes (with standards of living equal to those of high productive countries) reduce to a minimum the national savings;
c) tendency for high profits and scarcity of savings, giving place to a very high exchange tax;
d) the growth (only in extension) of national economy associated to other factors on one side, and the continuous raise

of exchange, increasing the price of imported products on the other side, determine a permanent depression of real wages;

e) the low wages in farming activities (basic economic activity in the country) give the measure for wages in other activities thus strengthening the general tendency for high profits;

f) the stagnation or the depression of real wages gives no change to the growth of national economy and for this reason the growth of the internal market is very slow;

g) the extreme high profits, the socialization of losses, the partial controle of cash farm activities by foreign financial groups, the high price of currency and the weakness of the internal market — all these factors contribute to delay the outcoming of a true entreprising mentality in the country, which is the basic condition for the development of a capitalist economy.

The Author appraises the development of an industrial centre in Brazil, analyses the growth and development of the internal market and finally concludes with a series of remarks on some of the general consequences which industrialization may bring about in the economy of the country.

RÉSUMÉ

CARACTÉRISTIQUES GÉNÉRALES DE L'ÉCONOMIE BRÉSILIENNE

L'Auteur commence par remarquer que, dans le développement de l'économie brésilienne, trois facteurs ont joué un rôle décisif:

a) l'empirement persistant des relations d'échange;
b) l'élévation non moins persistante du taux de change;
c) l'inflation chronique de la monnaie circulante, provoquée en grande partie par des déficits budgétaires.

A la suite de quelques explications sur l'influence de ces facteurs, l'Auteur décrit deux aspects caractéristiques de l'économie brésilienne:

a) tendance à la concentration des rentes entre les mains d'un petit nombre;
b) lenteur de la formation du marché interne.

Il remarque ensuite que, contrairement aux économies qui s'accrûrent de par l'augmentation de la productivité, de telle sorte que la production acompagna les pas du développement du marché interne, au Brésil le développement de l'économie nationale se fit au bénéfice de groupes restreints, sans subir l'influence du marché interne, centre de l'économie du pays. Les mouvements de contraction et d'expansion cycliques ne déterminèrent aucune augmentation de productivité, forme naturelle de croissance de l'économie nationale. Ce fait se trouve à la base de certaines caractéristiques fondamentales de l'économie brésilienne, parmi lesquelles l'Auteur cite les suivantes avec leurs conséquences probables:

a) socialisation des pertes et concentration des bénéfices entre les mains de quelques uns, donnant naissance à un esprit de gains élevés qui passe de l'agriculture à l'industrie;

b) basse productivité générale et niveau élevé de dépenses dans les classes dirigeantes (s'accordant aux standards des pays à haute productivité) rendant extrêmement exigüe l'épargne nationale;

c) esprit de gains élevés et exiguïté de l'épargne provoquant des taux d'intérêt très élevés;

d) d'un côté, la croissance de l'économie nationale qui se fait seulement en extension, liée à d'autres facteurs et, de l'autre côté, l'élévation permanente du taux de change qui rend plus chers les produits d'importation, déterminant une dépression permanente des salaires réels;

e) les salaires bas pour l'agriculture (activité d'importance capitale dans le pays) qui donnent la mesure des salaires pour les autres activités, renforçant l'esprit de gains élevés;

f) stagnation ou dépression des salaires réels, rendant impossible la croissance de l'économie nationale en profondeur, entrave la formation du marché interne qui devient très lente;

g) les gains excessivement élevés, la socialisation des pertes, le contrôle partiel des activités agricoles d'exportation et la débilité du marché interne, tous ces facteurs concourrent à retarder dans le pays le développement d'un véritable esprit d'entreprise, condition basique du développement de l'économie capitaliste.

L'Auteur poursuit en appréciant le développement d'un noyau industriel au Brésil. Il analyse la crise de croissance et développment du marché interne et, finalement, conclut son article avec une série de remarques sur quelques unes des conséquences générales que l'industrialisation peut apporter à l'économie du pays.